



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/11135>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i27.11135>


Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 27 | Dez, 2022, pp. 179-194..

Submissão: 14/10/2021 | Aprovação: 08/03/2022



## QUE SUJEITOS SÃO CONDENADOS NESSE TRABALHO DE MEMÓRIA? INQUIETAÇÕES SOBRE PALAVRAS CRUZADAS, DE GUIOMAR DE GRAMMONT

*WHAT SUBJECTS ARE CONDEMNED IN THIS WORK OF THE MEMORY?  
CONCERNS ABOUT PALAVRAS CRUZADAS, BY GUIOMAR DE GRAMMONT*

Luiza Helena Oliveira da SILVA  

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo trata de textos ficcionais que tematizam a Guerrilha do Araguaia, movimento que respondeu pelo massacre de militantes do PCdoB que pretendiam uma revolução de base camponesa a partir do norte do País, promovendo a derrocada da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Trata do trabalho de memória que opera sobre o arquivo, constituindo-se a literatura também como arquivo, servindo, pois, para a produção de sentidos para o passado recente do país. São aqui analisadas parte das produções que a tematizam, com mais atenção o romance de Guiomar de Grammont, *Palavras cruzadas*. Com um texto que tem como principal característica a explicitação da polifonia, a autora parece pretender construir um quadro mais objetivo dos acontecimentos, sancionando os dois lados envolvidos no confronto. Arregimentando diferentes vozes, acaba, por fim, por alinhar-se aos que condenam os sujeitos que atuaram na resistência política à ditadura.

**Palavras-chave:** Guerrilha do Araguaia. Polifonia. Literatura e história. Memória.

**Abstract:** This article deals with fictional texts that thematize the Guerrilha do Araguaia, a movement that responded for the massacre of PCdoB militants who intended a peasant-based revolution from the north of the country, promoting the overthrow of the military dictatorship in Brazil (1964-1985). It deals with the work of memory that operates on the archive, constituting literature also as an archive, serving, therefore, for the production of meanings for the country's recent past. Part of the productions that thematize it are analyzed here, with more attention being paid to Guiomar de Grammont's novel, *Palavras Cruzadas*. With a text whose main characteristic is the explanation of polyphony, the author seems to intend to build a more objective picture of the events, sanctioning the two sides involved in the confrontation. Bringing together different voices, it ends up, finally, aligning itself with those who condemn the subjects who acted in the political resistance to the dictatorship.

**Keywords:** Guerrilha do Araguaia. Polyphony. Literature and history. Memory.

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF), docente do Curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL) e do Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional (ProfLetras), da Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT). Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. E-mail: luiza.to@uft.edu.br

Essa guerra foi uma mancha na história do Brasil, Sofia, mas sobretudo pela estupidez, pela inutilidade de tudo. Um punhado de jovens que se enfiam no campo, num país desse tamanho, sonhando em mudar o mundo...

Guiomar de Grammont, *Palavras cruzadas*

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos uma análise sobre o romance *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont (2015), produção ficcional sobre a Guerrilha do Araguaia, objeto de investigação de que temos nos ocupado nos últimos anos.

Não sou a única a olhar com desconfiança para esse romance em função da posição que assume esse enunciador polifônico, cuja escolha parece remeter a um desejo de não buscar comprometer-se com qualquer dos lados da narrativa de um acontecimento histórico e político, ecoando vozes de diferentes atores e pontos de vista. Como explicita desde o título, encontramos ali o cruzamento de palavras, de discursos, de perspectivas.

Perfazendo o percurso trazido pelo narrador a partir das buscas da personagem Sofia sobre o paradeiro do irmão Leonardo, o leitor vai sendo conduzido a resolver, com as revelações que aos poucos se apresentam, um quebra-cabeças, (re)organizando sentidos sobre o passado recente do país, aquele que envolve os anos de chumbo e os movimentos armados de luta contra a ditadura.

Como contabiliza Staudt, a propósito do caráter polifônico do texto, “Cerca de 80 páginas do romance, ou seja, 35% da narrativa são compostos por diários de guerrilheiros, os quais aparecem dispersos ao longo do texto” (STAUDT, 2020, p. 86). O romance, aliás, inicia-se com aspas, explicitando tratar-se de uma citação direta, pouco entrecortada pela voz do narrador que fala das impressões afetantes do relato no momento da leitura de um diário pela personagem Sofia. Essa fórmula segue pouco inalterada até o décimo primeiro capítulo. Some-se a isso as falas dos outros personagens, relatos e cartas, cada qual deixando-se atravessar de modo não tão marcado o cruzamento com discursos sobre a memória relativa à história recente do país.

Encontro em Costa (2016) argumentos que corroboram minhas impressões de leitura quanto ao reconhecimento de uma opção revisionista, que, conforme o autor, atua na direção de duas forças: a de conciliação e a de reconciliação. A conciliação confirma o projeto de anistia ampla, geral e irrestrita aos perseguidos políticos, como uma espécie de perdão apressado para os que estavam exilados e presos e, simultaneamente, para os militares que se livrariam de processos com relação aos

atos cometidos no período de exceção<sup>2</sup>. Concilia os dois lados em confronto, os que submeteram o país a uma ditadura e os que lutaram contra ela, partindo do pressuposto de que ambos se exaltaram e que tudo deva ser esquecido em nome do esforço de retomada de tempos democráticos. Justifica-se pelo “desarmamento dos espíritos”, em nome da “coexistência” e do “encontro”, como ressalta o texto da lei de 1979:

A anistia é um ato unilateral de Poder, mas pressupõe, para cumprir sua destinação política, haja, na divergência que não se desfaz, antes se reafirma pela liberdade, o desarmamento dos espíritos pela convicção da indispensabilidade da coexistência democrática.

A anistia reabre o campo de ação política, enseja o encontro, reúne e congrega para a construção do futuro e vem na hora certa. (WESTIN, 2019, s/p)

A partir da proposta conciliatória, abre-se a possibilidade da reconciliação, que cria uma imagem positiva dos anos ditatoriais, que passa a ser compreendida como solução razoável para o momento presente: “O que era para ser posto em constante discussão crítica, a fim de que nunca mais se repetisse, retorna com força ainda maior e encontra nos diversos setores da sociedade elevado grau de aceitação” (COSTA, 2016, p. 39-40). Os acontecimentos recentes de 2021 conformam essa direção. Não se trata, pois, de uma enunciação inocente.

Conta-se que, quando cai o muro, o sujeito que estava em cima do muro tende a cair sempre para a direita. Já ouvi também que o muro tem dono e o dono é o diabo. A literatura tem partido? Pode ser julgada a partir de uma dimensão ética? Sem pretender responder diretamente a essas questões, objetivamos neste trabalho refletir sobre os sentidos que constroem sobre a resistência política produções ficcionais mais recentes e que tematizam a Guerrilha do Araguaia, com especial atenção ao texto de Grammont.

## LITERATURA COMO ARQUIVO

Conforme argumenta Eurídice Figueiredo (2017), a literatura brasileira constitui um arquivo da ditadura, na contramão dos interesses que concorrem para um oportuno esquecimento. Este se dá sob duas ordens. De um lado, encontra-se o esquecimento de caráter individual, atrelado ao trauma que, no caso em questão, acomete sujeitos vítimas da crueldade e da violência produzidas pelos agentes de Estado. Do outro, há o esquecimento coletivo, advindo “do desejo ou necessidade de um

<sup>2</sup> A Lei da Anistia, assinada pelo general presidente João Baptista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, seria discutida e aprovada em três semanas.

grupo social de querer esquecer ou denegar o acontecido. A denegação é uma dupla negação: afirma que não aconteceu aquilo que efetivamente ocorreu” (FIGUEIREDO, 2017, p. 29).

No que diz respeito à Guerrilha do Araguaia, esse esquecimento coletivo fez parte de um bem-sucedido projeto por parte do governo que temia que surgissem outros focos de resistência, o que, conforme Jacob Gorender, fez com que fosse “abafada e escondida como vício nefando”, ocultada “na treva cósmica” (GORENDER, 2014, p. 240). Como consequência, conforme o autor, “foi como se a guerrilha não existisse para o povo brasileiro” (GORENDER, 2014, p. 241).

Para além da censura imposta aos veículos de comunicação<sup>3</sup>, concorreu para esse obscurecimento uma série de causas. Dentre elas, ressaltamos o próprio massacre dos militantes comunistas, com a até hoje indeterminação sobre o paradeiro de seus restos mortais; a prisão e a tortura dos sobreviventes; a violência contra indígenas, camponeses e camponesas do Araguaia (SILVA; REIS, 2021); a permanência da presença ostensiva de militares e informantes na região; o poder exercido no interior paraense por um dos envolvidos no massacre, o chamado major Curió, cujo prestígio e influência nos anos seguintes lhe outorgaram inclusive o nome de uma cidade no interior paraense, Curionópolis.

182

Como se pode bem acompanhar pelos acontecimentos que atravessam o Brasil dos últimos anos, o esquecimento coletivo, a que se soma a criação de narrativas que idealizam o período ditatorial e elegem torturadores como heróis, em muito tem contribuído para o caos político que temos vivido e faz com que uma ruptura democrática se assanhe como possível num horizonte próximo. Nesse sentido, defende Figueiredo:

Todo livro – ficção ou depoimento –, todo filme – documentário ou ficcional –, toda obra de arte ou projeto museológico que contribua para a reflexão sobre os anos de chumbo no Brasil tem um enorme valor porque não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e mais democrático. (FIGUEIREDO, 2017, p. 35)

Figueiredo faz, então, um esforço de reunir e analisar a produção literária que se dedica a essa temática, na medida em que age contra o silenciamento, o apagamento, a negação. Além disso, ela possibilita “render tributo” a determinados atores sociais, envolvidos em diferentes movimentos de resistência democrática. A questão que trazemos está relacionada justamente aos atores eleitos pela literatura que dá testemunho de que a ditadura aconteceu. De que sujeitos e de que narrativas essa

<sup>3</sup> Gorender (2014) chama a atenção para as exceções dos furos trazidos pelos jornais *Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, em 1972, a que se seguiu completo silêncio na imprensa.

produção se ocupa? Que sentidos essa literatura vai, então, produzindo sobre o passado? Com que versões se compromete?

Como podemos observar pela fala de Marcos, um dos personagens do romance de Grammont na citação que trouxemos como epígrafe, nem toda literatura que se volta para esse trabalho de memória parece “render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e mais democrático” e o que Figueiredo reconhece como “utopia” pode ser traduzido na voz desse e outros personagens da escritora mineira como ingenuidade e estupidez.

Para nós, mediante um projeto polifônico, enuncia-se uma posição política muito bem definida e que ganha corpo pelas escolhas enunciativas a que Grammont recorre. Mais do que embaralhar vozes numa estratégia que remete a uma opção de ordem literária de construção de um narrador fragilizado, também ele montando precariamente um quebra-cabeças, pensamos que sua perspectiva serve para dar legitimidade a ações militares enquanto sanciona desdenhosamente da resistência. A terceira via que parece buscar como meio para narrar com o devido distanciamento serve, por fim, para relativizar os crimes cometidos pelo regime militar, abrindo caminhos para o discurso de reconciliação com a ditadura.

Diferentemente de produções que emergiram ainda no contexto da ditadura, produzida por sujeitos que estavam diretamente envolvidos com a militância democrática, temos recentemente uma nova geração de obras que trabalha sobre os arquivos, constituindo-se ela também, como explica Figueiredo, como arquivo:

[...] escritores têm produzido todo tipo de texto, mas, sobretudo, narrativas, de cunho ficcional ou não ficcional, sobre os desmandos da ditadura. Esse material pode ser, também, considerado como arquivo, pois ele faz o inventário das feridas e das cicatrizes que as torturas e as mortes provocaram em milhares de brasileiros. (FIGUEIREDO, 2017, p. 45)

Ainda que optando pela ficção, a literatura agiria contra o silêncio estratégico dos militares que assaltaram o poder, revirando o passado, trazendo-o novamente à tona com seus traumas. Produzindo arquivo, pode ainda instaurar novos sentidos sobre o vivido.

## O QUE SE CONTA E O QUE NÃO SE DIZ

Pesquisando sobre a produção literária relativa à ditadura por parte de autores da região diretamente envolvida na guerrilha, norte do Tocantins, sul do Maranhão, sudoeste do Pará, observamos um quase silêncio. No Tocantins, aparece como traço em trabalhos de autores como Ângelo Bruno. Residente em Xambioá no período, em seu livro de memórias, *Duas pátrias, um só*

coração (2009), faz menções à presença ostensiva de militares, critica a perseguição a lideranças religiosas, mas não alude diretamente aos confrontos do Araguaia, embora dificilmente tenha deixado de testemunhar prisões e violência que se abateram sobre moradores.

Também autor de memórias, José Francisco da Silva Concesso registra em *Meu primeiro picolé* (2004) a operação ACISO (Ação Cívico Social), ação de cunho assistencialista empreendida por militares como estratégia de garantir um olhar favorável ao governo na região, praticamente ignorada pelo poder público. No caso, Concesso vê como pitoresca a reação de homens à campanha de vacinação contra febre-amarela, medrosos de que a vacina produzisse impotência. Não faz considerações sobre essa súbita presença militar, não acrescenta maiores considerações e julgamentos que explicitassem uma situação excepcional no então norte de Goiás.

Um dos principais autores do estado, Pedro Tierra (2019) elege a ficção para retomar a temática da ditadura. Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva, integrou a Aliança Libertadora Nacional (ALN), enfrentando como consequência a prisão e tortura entre 1972 e 1977. Seus primeiros poemas são escritos durante esse período, ainda na prisão. Em *Pesadelo* (2019), livro de contos, denuncia, dentre os temas, a tortura de presos políticos, a ação de traidores, o desaparecimento de uma das principais lideranças do campo em Goiás, José Porfírio. Atuando em outra frente de resistência, a ALN, o jovem Tierra estava longe de poder testemunhar o que acontecia no norte goiano, não havendo, ainda que pelo viés ficcional, também ali menção à guerrilha.

No Pará, encontramos o romance de Abílio Pacheco, *Em despropósito (mixórdia)* (2013) e *Crônicas do Araguaia*, de Janailson Macêdo (2015), ambos com trabalhos ficcionais que tematizam a Guerrilha, nenhum dos autores tendo vivido diretamente as ações da repressão militar nos anos 1970.

No romance de Pacheco, a guerrilha não é o acontecimento propriamente central, mas o massacre que vitimou dezenove sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Para o protagonista, Bartimário, a notícia do assassinato dos trabalhadores rurais não se constitui efetivamente um acontecimento, sentido do ponto de vista de efeitos reais sobre a compreensão política, a violência do latifúndio, a forte militarização da região. Herói praticamente indiferente ao que se sucede a sua volta, vê sua vida mudar porque, coincidentemente, a partir desse momento, começa a desvelar-se sua origem, pelas implicações de sua paternidade: já sabia que seu pai era um sujeito agressor e criminoso, que atemorizava pessoas com o poder de um coronel do século XIX, mas o que emergirá como revelação é que Irma, sua companheira, é também sua irmã.

Se tem uma posição secundária como tema, o que o romance de Pacheco traz sobre a Guerrilha é a noção de continuidade de uma lógica das relações de poder e violência na região. O próprio pai do narrador, Bartimário, teria participado na ação contra os militantes do PCdoB:

Meu pai era um bandido. Durante a Guerrilha, apoiou morte de terrorista, ajudou polícia, matou para ter as posses que acumulou, violentou camponesas, fez abigeatos, assistia às torturas comprazendo-se como Boilesen<sup>4</sup>, ajudava a dar fim no que restava das cabeças de papagaio. (PACHECO, 2013, p. 58).

Aqui e ali os personagens, nesse romance também polifônico, fazem leituras que unem os dois acontecimentos, em muitos casos, gente comum que vê a morte dos sem-terra como justa, tomando partido das forças militares:

[...] o taxista comentou a ação policial, dizia ter sido bem feito, fora pouco ainda, mas já era uma lição, eles aprendessem a não mexer no alheio... [...] Aposentado não sei de que força, dizia, no seu tempo ser mesmo bom. Nós não ficaríamos presos em trânsito por causa de manifestação alguma e a missão do 100 não teria ocorrido. Muito à surdina tudo se resolvia. (PACHECO, 2013, p. 36)

Pacheco registra nessas falas o imaginário social sobre a ditadura, a adesão dos que ainda a reverenciam, a despeito da violência que se abateu sobre os moradores da região e seus efeitos ainda presentes, reverberando no assassinato de trabalhadores e lideranças sindicais.

A polifonia também caracteriza o livro de contos de Janailson Macêdo. Como relata em entrevista (SANTOS *et al.*, 2020), Macêdo, nascido em 1987, não poderia ser testemunha de acontecimentos relativos à ditadura. Também não se vale para a escrita romanesca de memórias de familiares que tivessem sofrido diretamente no período. Em suas narrativas de natureza ficcional recupera, contudo, narrativas que atravessam a memória de camponeses e camponesas, vítimas do regime militar. Como historiador recém-chegado a Marabá, seu contato com a memória da guerrilha se dá a partir da participação em audiências da Comissão Nacional da Verdade: “Essas situações ficcionais, permitiram *links*, pontes com situações reais, contextos reais de violência exacerbada no século 20 e muito marcadas também pelo próprio autoritarismo, impacto desse autoritarismo junto as populações camponesas, sobretudo” (SANTOS *et al.*, 2020, p. 446).

Um dos mais reverenciados autores do Norte, manauara de descendência libanesa, Milton Hatoum publicou dois de seus mais novos romances e que tratam diretamente da ditadura, *A noite da espera* (2017) e *Pontos de fuga* (2019), ambos compondo o projeto de uma trilogia inacabada. Seguindo os passos do personagem Martim, cada vez mais angustiado e fragilizado pela falta de informações a respeito de sua mãe, a narrativa vai acompanhando o acirramento do regime ditatorial,

<sup>4</sup> O próprio Pacheco nos explica a referência a um dos empresários que teriam financiado a ditadura brasileira.

passando por Brasília, São Paulo e, por fim, Paris, onde se dá o exílio. Hatoum parece refazer os passos de sua própria trajetória pessoal nos anos de chumbo e, por isso mesmo, sem trazer elementos relativos à ditadura no Norte, sobre o que se desvelava então no Brasil profundo. Como estratégia do PCdoB, o projeto de uma revolução de base camponesa a ser iniciada pela região deveria ser antes de tudo guardada em segredo; depois, com o massacre empreendido pelas forças militares, deveria ser abafada. Se Hatoum testemunhou o período, foi por outros caminhos e lugares e só por um trabalho sobre os arquivos é que poderia mais de perto tematizar uma Guerrilha de que esteve totalmente ausente.

Resultariam ainda de um trabalho sobre os arquivos *Azul Corvo*, de Adriana Lisboa (2010), e *Palavras Cruzadas*, de Guiomar de Grammont. Conforme Figueiredo, comparando esses trabalhos com o de Liliane Haag Brum, *Antes do passado*, “são romances sem referência, nem no texto, nem no paratexto, ao fato de as autoras terem qualquer parentesco com os mortos ou desaparecidos do Araguaia” (FIGUEIREDO, 2017, p. 91).

Nesse nosso levantamento inicial, reconhecemos três processos: o da memória que opera por triagem e exclui o que não se faz afetante para o enunciador – a ditadura não interessa como tema, como vemos nos livros de Concesso e Bruno, que muito brevemente a tangenciam; o da memória da resistência por atores que a viveram diretamente e sofreram suas consequências, mas que não deram notícia da Guerrilha por abordarem-na a partir de outra geografia, como em Hatoum e Tierra; o da memória construída pelo trabalho com o arquivo, nas obras de Macedo, Pacheco, Lisboa e Grammont.

A Guerrilha vai, então, ganhar destaque na narrativa de autores que se comprometem, de algum modo, com a narrativa histórica sobre a ditadura, mas que não guardam nem parentesco com as vítimas, não foram testemunhas diretas, não vivem ou viveram na região.

Há ainda o romance do militar da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral (1993) que participara como membro das forças de repressão no Araguaia. Não é nosso foco de interesse levar em conta uma narrativa que legitima as ações da ditadura e vê como inevitável o uso da violência e da intimidação, inclusive a que se abate sobre camponeses que estariam longe de uma militância política que comprometesse a estabilidade do governo:

Bem, como vocês estão vendo, o quadro geral não está lá muito favorável a nós. A cada dia a população vem ficando mais hostil ao governo, em função não apenas do trabalho de subversão, mas também pelas próprias condições da região. A pobreza, os problemas de grilagem e de propriedade de terras, a exploração dos donos de castanhas que, em alguns casos, praticam o trabalho escravo, a carência e a omissão das instituições federais, estaduais e municipais, tudo isso contribui para se chegar à situação de caos social que temos que enfrentar. Entretanto, não podemos esquecer que estamos numa guerra. Não será agora que iremos consertar os erros do passado,



bancando os bonzinhos. Na área da Transamazônica, o governo já está criando núcleos rurais e providenciando o assentamento de colonos, mas é um trabalho lento e de longo prazo. Não é, pois, o caso de se pensar em operação Aciso (Ação Cívico-Social). Precisamos de resultados imediatos. Assim, o planejamento de conquista da população está baseado no uso da força e da intimidação. Não pode ser de outra maneira. (CABRAL, 1993, p. 79-80)

Registramos, porém, que uma das poucas obras que testemunham os acontecimentos do Araguaia se faz por um militar, enquanto os militantes sobreviventes, camponeses e indígenas não tenham conseguido registrar na literatura sua visão sobre os fatos, ainda que suas vozes ecoem em registros de segunda mão, reorganizados e alinhados por outros enunciadores.

Como assume nos agradecimentos, para composição de seu romance, Grammont recorrerá a diferentes trabalhos acadêmicos, consultando especialistas da temática da Guerrilha como Lucas Figueiredo e Paulo Markun. Na relação dos autores a quem recorre e agradece, consta Hugo Studart, de cuja banca de doutorado teria participado como avaliadora. Studart Corrêa é autor de *Borboletas e lobisomens* (2018), que chegou a ser indicado ao Prêmio Jabuti e que, pretensamente, visava a trazer informações ocultas sobre a Guerrilha. Filho de um militar da Aeronáutica, que participou das ações no período, declara ter tido acesso a documentos sigilosos e buscar, com sua narrativa, desfazer o “maniqueísmo vulgar” sobre os acontecimentos no Araguaia (TRIGO, 2018, s/p). Historiador que não revela suas fontes, emerge na imprensa que faz estardalhaço com seu livro que “revela segredos incômodos” (TRIGO, 2018, s/p). Grammont assume, ali, no paratexto, de onde emerge possivelmente a voz mais presente, a organizar a sua enunciação no romance.

## TESTEMUNHO E MEMÓRIA

Antes de nos apressarmos para caracterizar um ou outro texto como pertencente ao gênero testemunho, no sentido que lhe dão pesquisadores europeus ao tratarem de produções relativas a guerras e extermínios que atravessaram o século XX, interessou-nos considerar aspectos que poderiam nos ajudar a ler a produção brasileira que, de algum modo, ocupa-se de testemunhar a ditadura. Nesse percurso, recorreremos aqui a autores como Walter Benjamin (2012), Tzvetan Todorov (2017) e François Rastier (2010).

Conforme explicita Primo Levi, sobrevivente de um campo de concentração nazista, testemunhar se impunha como uma obrigatoriedade de ordem moral para honrar aqueles que já não poderiam fazê-lo por estarem mortos. Seria, pois, um dever da memória. Essa obrigatoriedade se explicita em *Témoins*, de Jean Norton Cru (2006), com relação aos relatos de soldados que retornaram

das trincheiras da I Guerra Mundial. Longe da grandiloquência das narrativas épicas sobre as guerras, o que os soldados deveriam contar a partir da experiência nos campos de batalha e em tom modesto é sobre o caráter feio, sujo e perverso da guerra, mediante o qual não há propriamente vencedores, nem heróis.

Conforme registra Benjamin, porém, apesar do compromisso, nem todos conseguiram narrar o vivido:

Não se notou, ao final da guerra, que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável? E o que se derramou dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. (BENJAMIN, 2012, p. 214)

Benjamin salienta dois aspectos importantes: o primeiro é o silêncio ou a precariedade dos relatos dos combatentes, fragilizados demais para narrar; o segundo é que se segue uma quantidade de produções que não guardam mais correspondência com o que se dizia ao voltar da guerra. No primeiro caso, a literatura de testemunho não guardará relação com a narrativa heroica, o que fará com que, conforme Rastier (2010), não alcance tanto interesse por parte de leitores, mais afeitos à ficção. No segundo caso, a ficção se afasta da experiência, não serve de testemunho, para retomar velhos *topoi* literários.

A esse respeito, escreve Rastier:

Demorou quarenta anos para que a tradução francesa do testemunho de Levi fosse lançada, em 1987. Em contrapartida, *La Vingt-cinquième heure*, romance do romeno Constantin Virgil Gheorghiu, mal concluído foi traduzido em francês, prefaciado por Gabriel Marcel, celebrado pela crítica desde seu lançamento em 1949; ultrapassava as 200.000 cópias em 1954, quando se percebeu que Gheorghiu fora um jornalista colaborador dos nazistas na Frente Oriental. (RASTIER, 2010, s/p)

O heroísmo que se espera reconhecer na narrativa do combatente é uma das questões tratadas por Todorov em *Diante do extremo*. Ali Todorov retoma relatos de Marek Edelman, que, embora tenha participado como uma das lideranças no levante dos judeus no Gueto de Varsóvia (1943), é incapaz de “compor uma narrativa verdadeiramente heroica”. Como registra sua entrevistadora, Hanna Krall, Edelman não vai explicitar o “ódio ao inimigo, a exaltação de si (o patético), o tom superlativo (o grito)”. O sujeito “prefere contar as coisas exatamente como se lembra delas, e não segundo as regras da narrativa heroica” (TODOROV, 2017, p. 26, 27, 28).

Partimos dessas reflexões para pensar o lugar que a ficção alcança no trato com tema da ditadura civil-militar brasileira. Se a primeira geração da produção se fazia por sujeitos diretamente envolvidos com os acontecimentos históricos, aproximando-se do que se compreende como literatura

de testemunho, é agora a ficção e o trabalho com o arquivo que parece ganhar evidência, sobretudo quando estão ausentes produções de natureza testemunhal, porque os sujeitos diretamente implicados não encontraram condições de narrar, seja pelo trauma, seja pela permanência dos elementos de intimidação e coerção na região em que vivem, seja até pela pouca familiaridade com a escrita literária. No lugar do *superste*, entraria em cena o autor (FIGUEIREDO, 2017).

No caso de Grammont, trata-se de um autor com gosto por narrativa de peripécias múltiplas que, ora aproximam, ora afastam a personagem Sofia da conjunção com a verdade. A verdade se mostra, sempre por partes, fragmentos, para de novo parecer esconder-se definitiva, seja pelas interdições ao acesso dos registros oficiais, seja pela culpa dos sujeitos, seja pela própria ação do tempo.

O caráter ficcional acaba por resvalar no desrespeito à própria verossimilhança, como no caso da possibilidade de escrita e preservação de diários produzidos por militantes do PCdoB em situações improváveis.

## MUITAS VOZES

Em *Azul corvo*, a narrativa chega pela voz de um personagem fictício, Fernando, que sobreviveu por ter fugido do confronto, abandonando seus companheiros no Araguaia. Não alcança status de herói, como personagem fragilizado pela culpa da deserção. Se sobrevive, é para pouco contar. Reconhecemos ali muito da pesquisa histórica que faz com que passagens do romance se aproximem em demasia do tom e dos relatos de jornalistas e pesquisadores que historicizam a Guerrilha. Quem narra sobre o que lá ocorreu não é, portanto, propriamente Fernando, atendendo à necessidade da jovem Evangelina de compreender sobre seu passado, mas o relato histórico que parece falar por si mesmo, repetindo o que se tornou consensual do ponto de vista historiográfico. Fiel a essa perspectiva, são relacionados atores como Oswaldão, João Amazonas, Elza Monerat, assim como vemos referências a sucessão de ações militares na região: as operações ACISO, Papagaio, Sucuri e Marajoara.

Em Grammont, esses atores diretamente implicados na Guerrilha não são sempre nomeados pelos muitos sujeitos que emprestam sua voz ao relato polifônico. Assim, sem aludir explicitamente ao líder Oswaldão, denominado no texto como “chefe” do acampamento, ou “comandante”, Grammont irá figurativizá-lo, por fim, como quase que como um anti-sujeito, de temperamento

autoritário, que impõe uma disciplina militar aos companheiros, sem considerar as diferenças entre homens e mulheres:

Treinei como carregar um companheiro ferido. Consigo fazer apenas poucos metros, meu pescoço lateja. Não é fácil ser tratada de igual para igual, como os companheiros homens. Não adianta, não temos os mesmos músculos, por isso precisamos nos esforçar em dobro, e aí de quem reclama, o chefe nos vigia e distribui mais trabalho aos que julga menos capazes. (GRAMMONT, 2015, p. 93)

Quando a narradora do diário encontrado por Sofia fala do inconveniente trazido pela gravidez, a situação se torna ainda mais temerosa, a depender das decisões dos chefes sobre a possibilidade de aborto ou a partida da personagem do acampamento.

Carente de informações sobre o paradeiro do irmão, Sofia começa a compreender os fatos a partir do que lê em diários de dois guerrilheiros, o irmão Leonardo e da companheira Mariana, assim como pela escuta de camponeses do Araguaia, alguns dos quais atuaram, mediante coerção, como adjuvantes dos militares na caça aos comunistas. A posição de manter-se longe da idealização dos militantes do PCdoB vai trazer ainda vozes que têm sua história no campo da disputa pelos sentidos. Grammont cita a “guerra suja” expressão atribuída ao então ministro da educação, Jarbas Passarinho, marcando com aspas a citação: “uma guerra suja dos dois lados” (GRAMMONT, 2015, p. 65). A narrativa seguiria, portanto, o projeto apontado pelo editor da jornalista Sofia:

Queremos um retrato da Guerrilha do Araguaia sem retoques, nem heroísmos – disse o editor. – Foi uma guerra suja. Além de terem matado muitos soldados em emboscadas, os guerrilheiros cometeram inúmeras atrocidades, fizeram justiça com as próprias mãos, executaram pessoas do lugar em atos que eles próprios definiram como criminosos. Julgavam-se deuses, eram senhores do bem e do mal e se sentiam mais poderosos ainda, ali, entre pessoas humildes e analfabetas. (GRAMMONT, 2015, p. 63)

Se pretendia um retrato justo, observe-se que, na fala do referido editor, há muito mais condenações aos guerrilheiros que menção às atrocidades dos militares. Estas estarão, obviamente presentes ao longo do romance, mas essa dupla posição do enunciador de pretender assumir diferentes ângulos a partir de tantas vozes parece mais absolver a ditadura que condená-la. Mesmo Leonardo, que morrerá no Araguaia e também organiza relatos em inverossímil diário enquanto padece de fome, malária e foge dos militares, questiona suas opções políticas, como no trecho em que rememora os versos de uma canção dos guerrilheiros:

Nessa parte, sempre a memória me falhava, e não havia meio de recordar, porque a noite fechada sobre mim parecia uma provação interminável. Agora, escondido, quando o desânimo se abate sobre mim, o ufanismo ingênuo desses versos parece queimar na minha garganta, tenho dificuldades de balbuciá-los. (GRAMMONT, 2015, p. 20)

Grammont, já à devida distância das razões que levaram estudantes à resistência armada na luta pela democracia, toma, afinal sua posição. Como registra o narrador a respeito da posição dos estudantes na geração posterior, a dos anos 80, “a luta armada era um episódio recente e romântico: viver na clandestinidade, enfrentar a perseguição policial e ter a consciência protegida por um ideal” (GRAMMONT, 2015, p. 85). Não encontramos no texto propriamente os fatos que levaram estudantes à luta. A ditadura não é avaliada, mas quem a combateu. Parece fácil assumir o papel de destinador sancionador, quando o tempo conta com o silêncio e avolumam-se narrativas paralelas por parte de atores que mataram jovens que supostamente ameaçavam o país com o comunismo. Se o disfarça, com seu intrincado jogo polifônico, não o faz tão bem quanto poderia.

Até onde Sofia conseguia perceber, por mais que tanto os grupos de esquerda quanto os militares se esforçassem para valorizar o dito “heroísmo” de seus combatentes e para afastar a responsabilidade pelas atrocidades cometidas, em momento algum teria havido, de fato, algum combate significativo. Então, o que tinha sido aquele movimento? (GRAMMONT, 2015, p. 67)

Sofia descobre em conversa com um ex-companheiro de Leonardo, então político, que, antes de partir para o interior do Pará, o irmão, participara da condenação de um companheiro à morte pelo Tribunal Revolucionário. O irmão não é, pois, o herói imaginado e, como vai concluindo, não houve heroísmo de parte alguma. “O comunismo era um conto de fadas? [...] Leonardo descrevia a luta na Sierra Maestre como se tivesse presenciado tudo” (GRAMMONT, 2015, p. 51).

Como argumenta Rastier, analisando a literatura referente à Shoah, haveria uma tendência de dar mais confiabilidade ao narrador algoz do que à vítima. Enquanto as testemunhas têm sua credibilidade contestada, ao algoz se atribui a condição de melhor sabe relatar sobre a verdade dos fatos:

Hoje, parece ser apreciado que os algozes roubem o show das vítimas Encontram-se historiadores para explorar essa corrente midiática. Em um relato favorável a *Bienveillantes*, um deles escreve: “Os leitores são fascinados porque se sentem que, se quiserem compreender os massacres, as atrocidades, devem passar pelo discurso dos algozes, não pelo das vítimas, inocentes por definição”. (RASTIER, 2010, s/p)

Grammont elege tratar da Guerrilha pela narrativa de uma irmã que vai em busca de informações sobre o irmão comunista desaparecido. Em princípio, toma partido, pois, da percepção das vítimas. Embora se valha, na perspectiva ficcional, das vozes dos que foram vitimados pela ditadura – a do irmão que registra um diário, a da sua companheira que escreve outro, as dos camponeses que narram o que viveram –, reorganiza tudo pelo viés de Sofia, a personagem que quer encontrar a verdade e que vai ponderando sobre o que descobre. É ela quem dá a palavra final,

analisando o que lhe chega às mãos. Grammont, assim, organiza a narrativa sob o viés da sanção e, como enunciador, arregimenta o vozerio, assumindo, afinal, seu lado na história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para pesquisadores como Sheila Staudt, o romance de Grammont faz um trabalho “magistral”, valorizando euforicamente a “representação de mulheres na narrativa”, como “símbolo de resistência” (STAUDT, 2020, p. 85, 109). Também Staudt recorre a Studart Corrêa, em seu trabalho analítico. Eurídice Figueiredo (2017) destaca a atenção dada pela autora a diferentes atores sociais no Araguaia, seguindo múltiplos caminhos de investigação, assim como ressalta a denúncia de fatos como o sequestro de crianças pela ditadura brasileira, a ganhar efetivo impacto com a publicação do jornalista Eduardo Reina (2019). É esse, de fato, o que se ressalta como qualidade, porque implica a presença de vozes de atores sociais apagados em narrativas históricas sobre a Guerrilha.

É bem possível que nosso olhar possa ser enviesado demais sobre *Palavras cruzadas*, vendo fantasmas onde não existem. Talvez seja porque não é um bom momento para relativizar certas posições nos relatos da nossa história e por reconhecermos que ressoa, ao final, a visão dos algozes, dos que lançaram o país numa longa e cruel ditadura. Há, por fim, um desrespeito contra a memória dos que lutaram pela democracia e que tombaram nessa luta. Como dizíamos no início de nosso texto, não é possível preconizar uma neutralidade, um distanciamento de quem avalia tudo de cima do muro. O muro, aliás, já tem dono e, se cair, cairá de novo sobre nós.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRUNO, A. **Duas pátrias, um só coração**. Araguaína, TO: FACDO, 2009.

CABRAL, P. C. **Xambioá**: guerrilha no Araguaia – novela baseada em fatos reais. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CONCESSO, J. F. S. **Meu primeiro picolé**: crônicas, contos e ensaios. Gurupi, TO: Edições AGL, 2004.

GOSTA, Ficção e guerrilha do Araguaia: elementos revisionistas no romance palavras cruzadas, de Guiomar de Grammont. **Memória e Autoritarismo**, Cascavel, n. 16, p. 35-48, 2016.

CRU, J. N. **Témoins**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2006.

FIGUEIREDO, E. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2014.

GRAMMONT, G. **Palavras cruzadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

LEVI, P. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LISBOA, A. **Azul corvo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MACÊDO, J. **Crônicas do Araguaia**. Marabá, PA: Edições do Autor, 2015.

PACHECO, A. **Em despropósito (mixórdia)**. Belém: LiteraCidade, 2013.

RASTIER, F. Témoignages inadmissibles. **Littérature**, n. 159, p. 108-129, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-litterature-2010-3-page-108.htm>. Acesso em 20 jan. 2020.

REINA, E. **Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2019.

SANTOS, J. S.; LUIZ, J. M.; SILVA, L. H. O.; FIGUEIREDO, C. A. S. Crônicas do Araguaia: entrevista com o escritor e pesquisador Janailson Macedo. **Revista EntreLetras (Araguaína)**, v. 11, n. 1, p. 440-451, 2020.

SILVA, L. H. O. Ecos de la ditadura en las memorias de Angelo Bruno. **Escritas, Revista do Curso de História**, v. 12, n. 2, p. 230-256, 2020.

SILVA, L. H. O.; REIS, N. V. Narrativas de mulheres camponesas no Araguaia: acontecimento e memória. **Revista Rascunhos Culturais**, UFMS, v. 12, n. 23, p. 8-28, 2021.

STAUD, S. K. Memórias de uma “guerra suja” em Palavras cruzadas, de Guiomar de Grammont. In: GOMES, G. M. (Org.). **Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão**. Porto Alegre: Polifonia, 2020, p. 85-110.

STUDART, H. **Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2018.

TIERRA, Pedro. **Pesadelo: narrativas dos anos de chumbo**. São Paulo: Autonomia Literária; Fundação Perseu Abramo, 2019.

TRIGO, Luciano. Livro-reportagem revela segredos incômodos sobre a guerrilha do Araguaia. **G1, Pop & Arte**, 22 jul. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/blog/luciano-trigo/post/2018/07/22/livro-reportagem-revela-segredos-incomodos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.ghtml> Acesso em 14 out. 2021.

WESTIN, R. **Há 40 anos, a Lei da Anistia preparou caminho para o fim da ditadura.** Senado Federal, Arquivo S, ed. 59, Ditadura Militar, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura> Acesso em 12 out. 2021.